



1  
2  
3  
4  
5  
6

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA -  
CONADE**

7  
8  
9

**ATA SUMÁRIA DA XL REUNIÃO PLENÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2005**

10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e cinco, em Brasília, Distrito Federal, no Instituto Israel Pinheiro, foi realizada a **Quadragésima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Deficiente – CONADE**, presidida pelo presidente Prof. Adilson Ventura, representante da União Brasileira de Cegos. A Quadragésima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Deficiente teve início com a abertura solene do encontro de Planejamento Estratégico, às quatorze horas do dia dez de abril de dois mil e cinco, no evento promovido pelo CONADE e numa realização da Secretária Especial dos Direitos Humanos, por meio da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e da Gerência de Projetos Internacionais, e que contou com o apoio do governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Saúde, do Instituto Marista de Solidariedade, do Programa Arte Sem Barreiras, da União Brasileira de Cegos, Bengala Branca, CAESB, CORDE/DF e do Instituto Israel Pinheiro na pessoa do Padre Décio. Estiveram presentes: João Maurício de Assis Rocha Filho, Ministério da Ciência e Tecnologia; Ritamaria Aguiar, Ministério da Cultura; Katia Aparecida Magangon, Ministério da Educação; Paulo César Carvalho Fernandes e Leila Silva Cannalonga, Ministério da Previdência Social; Sheila Miranda Silva e Erika Pisaneschi, Ministério da Saúde; Márcia Graça Graminhani e Zuleide Guerra Antunes Zerlotini, Ministério das Comunicações; Regina Célia de Oliveira Bittencour, Ministério das Relações Exteriores; Ana Maria Lima Barbosa, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Francis Mary Rezende Matos, Ministério do Esporte; Lucas Alves de Lima Barros de Góes e Júnia Marília Pimenta Lages, Ministério da Justiça; Manoel Veras Nascimento, Ministério do Trabalho e Emprego; Marcos Cordeiro de S. Bandeira e José Verísimo da Silva, Ministério dos Transportes; Maria Madalena Nobre, Ministério do Turismo; Mario Mamede e Izabel Maria Loureiro

32 Maior, Secretaria Especial de Direitos Humanos; Maria do Carmo Tourinho R. Vieira e Maria  
33 Helena de Azeredo Roscoe, Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Manoel Dias Santa Rosa e  
34 Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV; Cândida Maria  
35 B. Carvalheira e Marcia Patricia de Araujo, Associação Brasileira dos Ostomizados – ABRASO;  
36 Waldir Maciera da Costa Filho, Associação Nacional do Ministério Público dos Direitos da Pessoa;  
37 Messias Tavares, Associação de Pais e Amigos dos Funcionários do Banco do Brasil- APABB;  
38 Janilton Fernandes Lima, Confederação Nacional do Comércio – CNC; Genézio Fernandes Vieira  
39 e Emerson Cañas, Conselho Estadual para a Política de Integração PPD do RJ - CEPDE; Sérgio  
40 Luiz Celestino da Silva, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência de  
41 Joinville- COMPOD; Deborah Cristina Amorim, Conselho Federal do Serviço Social – CFESS ;  
42 Alexandre Carvalho Baroni e Regina Atalla, Conselho Nacional dos Centros de Vidas  
43 Independentes – CVI; Maria José C. Lobo Silva, FEBIEX; Antonio Carlos Sestaro e Glória Maria  
44 Moreira S. Amato, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Sérgio Ricardo  
45 Sá da Silva e Salete Inês Milan, Federação de Fraternidade Cristã de Docentes de Deficientes do  
46 Brasil; Luiz Alberto Silva Federação Nacional das APAES; Lizair de Moraes Guarino, Federação  
47 Nacional das Sociedades Pestalozzi; Rodrigo Rocha Malta, Federação Nacional de Educação e  
48 Integração de Surdos – FENEIS; Joelson Dias e Wellington de Queiroz, Ordem dos Advogados do  
49 Brasil – OAB; Regina Lúcia Barata Pinheiro e Tarcízio Texeira Cardoso, Organização Nacional de  
50 Deficientes Físicos – ONEDEF; Mauro Merelles Pena, Associação Brasileira de Medicina Física e  
51 Reabilitação – SBMFR; Adilson Ventura e Marcos Antonio dos S. Bertoglio, União Brasileira de  
52 Cegos- UBC; Flozilene Oliveira, assessora, Ministério Público Federal e Geraldo da Costa Júnior,  
53 assessor, CORDE. Após a abertura oficial, ele convidou para compor a mesa o Dr. Mário  
54 Mamede, Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos,  
55 representando o Ministro Nilmário Miranda, a Professora Ritamaria Aguiar representante do  
56 Ministro da Cultura, Gilberto Gil, o Professor Adilson Ventura, Presidente do CONADE e o Dr.  
57 Amarildo Baesso, Subsecretário de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente. **O**  
58 **Prof. ADILSON VENTURA (Presidente do CONADE)** deu as boas vindas aos participantes  
59 e considerou que um encontro desse nível requer bastante sacrifício. Ele também declarou  
60 que o conselho pretende montar estratégias que possam executar a plenitude do seu  
61 trabalho. Ressaltou que essa é uma tarefa para muitos anos, pois afinal o problema de  
62 deficiência vem desde o ano em que se criou no Brasil a primeira escola para cegos, em  
63 1854. Para ele, esta luta está cada vez mais difícil, pois a sociedade acelera o seu  
64 desenvolvimento e é impossível acompanhar no mesmo passo. O conselheiro Adilson deu

65 continuidade a sua fala comentando a importância do trabalho do CONADE, dos conselhos  
66 estaduais e municipais e dos conselheiros, que na sua opinião, vai diminuindo essa  
67 discriminação que existe no país e que ainda não foi eliminada. Sobre o evento, o professor  
68 relatou que nos quatro dias, eles iriam contar com a participação e a colaboração de grandes  
69 técnicos e autoridades importantes trazendo conhecimentos e experiências para os  
70 conselheiros. Finalizou a sua fala agradecendo a todos os presentes e a todos os  
71 colaboradores. O **Dr. AMARILDO (Subsecretário de Promoção dos Direitos da Criança e**  
72 **Adolescente)** iniciou o seu discurso relatando a sua satisfação de estar presente na abertura  
73 do trabalho do CONADE e falou que o avanço dos debates sobre os portadores de  
74 deficiência está sendo muito rápido e que o papel da CORDE e do CONADE é  
75 preponderante e possibilita um progresso ainda maior. Um outro ponto que ele deixou  
76 registrado foi sobre a constituição de 1988, que na sua opinião, trouxe um dos avanços mais  
77 significativos e marcantes com a abertura para participação, cada vez maior, de vários  
78 segmentos da sociedade brasileira na construção das políticas públicas. O Dr. Amarildo  
79 lembrou que hoje no âmbito do governo federal, conta-se com cerca de quarenta e oito  
80 conselhos e que eles devem atuar mais em conjunto, para que não haja trabalhos isolados.  
81 Destacou ainda que, dentre os vários assuntos da pauta, esse seria um ponto muito  
82 importante a ser inserido. **A Srª RITAMARIA (Representante do Ministro Gilberto Gil)**  
83 agradeceu a oportunidade e declarou que falava em nome do ministro da Cultura, Gilberto  
84 Gil, que não pôde estar no encontro pois estava na África cumprindo agenda. Destacou que  
85 acredita que em um futuro muito próximo, se chegará a resultados positivos e que uma  
86 nação, se faz com educação, cultura, solidariedade, ação para o bem, e que enquanto o  
87 coração estiver direcionado para essa prática, com certeza teremos um Brasil mais justo e  
88 igualitário, mesmo com as suas diferenças. O **Dr. MÁRIO MAMEDE (Secretário Adjunto da**  
89 **Secretaria Especial dos Direitos Humanos)** falou sobre a possibilidade de se ter uma  
90 discussão mais aprofundada sobre os encontros e também a probabilidade de se ter alguns  
91 momentos lúdicos, de lazer e descontração, durante os eventos. Ele chamou a atenção para  
92 a relevância do encontro e considerou um período oportuno para discutir a atuação dos  
93 conselhos, pois ainda hoje há muitas pessoas que acreditam que o conselho de participação  
94 social é um espaço de um ou de outro governo, no qual é permitida a participação de uma  
95 pessoa. Dr. Mário ressaltou que essa não é a visão do CONADE e esclareceu que este é um  
96 espaço conquistado pela sociedade para defender seus interesses, sejam em discussões  
97 maiores ou em questões segmentárias, temáticas ou específicas. Disse também que esse

98 espaço de participação social, não é uma dádiva, é uma conquista, é um ambiente em que as  
99 pessoas devem exercer na plenitude, toda a sua possibilidade de cidadania, onde cabe, o  
100 exercício da crítica e a necessidade do anúncio. Dr. Mario continuou o seu discurso relatando  
101 que existem pessoas da esfera governamental que fazem a gestão pública nos vários  
102 ministérios e existem outras que estão na sociedade lutando por estas causas, são pessoas  
103 com atribuições e funções diferentes, mas elas estão dentro do mesmo barco construindo a  
104 mesma política. Ele considerou a presença dos conselhos estaduais muito frágil para a  
105 dimensão do que se deseja atingir e que quando se fala em conselhos municipais, a situação  
106 é mais delicada ainda. Para ele, é necessário pensar melhor na atuação do CONADE, o que  
107 se entende por conselhos estaduais, o que se quer dos conselhos municipais e como fazer  
108 para fortalecê-los dentro dos estados e municípios. Ele descreveu a importância da  
109 realização de encontros regionais e concluiu destacando a relevância de se construir uma  
110 relação cada vez mais única, em um patamar elevado, preenchido de valores éticos,  
111 generosidade, companheirismo, fraternidade embora admitindo conflito como parte das  
112 relações humanas e políticas. Finalizou o seu discurso reconhecendo o trabalho da Dr.<sup>a</sup>  
113 Izabel e da sua equipe e se desculpando por não permanecer até o final do debate, pois  
114 estava doente. A **Sr.<sup>a</sup> NIUZARETE (Mestre de Cerimônias)** solicitou a saída de alguns  
115 membros da mesa e pediu que o professor Adilson permanecesse. Ela convidou para a  
116 abertura do painel **Significado do controle social e os mecanismos de participação e o**  
117 **papel dos conselheiros como agentes públicos**, o Dr. José Antônio Moroni, membro do  
118 Colegiado de Gestão do INESC, a professora Maria Graça Rua doutora em ciências  
119 humanas, ciência política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, o  
120 professor Adilson Ventura, como moderador do painel e como debatedora, a Dr. Fabiana  
121 Goresntein, Consultora do Ministério da Educação para Direitos Humanos e Ensino Superior.  
122 Em seguida, cada integrante das equipes da CORDE e CONADE que estavam presentes se  
123 apresentaram. **Dr. JOSÉ ANTÔNIO MORONI** iniciou a sua fala dizendo que era um prazer  
124 estar ao lado de pessoas que têm histórias de militância na área de direitos humanos e em  
125 outras áreas. A sua abordagem sobre o tema envolveu a interação com diferentes grupos,  
126 pois segundo ele, quando se fala da questão de conselhos, de controle social e de  
127 participação da população, está se falando em um dos dilemas principais que hoje é  
128 enfrentado. O Dr Moroni teceu comentários em torno de para que servem o conselho e a  
129 Conferência e comentou que foi a sociedade quem construiu esses espaços, que como  
130 estratégia da sociedade civil, têm muito ainda a dar. Ele descreveu como os conselhos

131 funcionavam antigamente e lembrou de experiências interessantes. Dr. Moroni também falou  
132 sobre democratização e destacou que quando se entra neste ponto, subentende-se que, haja  
133 partilha do poder. Segundo ele, o maior objetivo desse encontro é vencer e pensar em  
134 mecanismos de comunicação de diálogo entre esses diferentes espaços, e como pensar em  
135 uma arquitetura da participação que não tire e não enfraqueça a questão da especificidade,  
136 que na sua opinião, é importante enquanto afirmação de sujeito político. Falou ainda que é  
137 necessário romper o corporativismo, para poder realmente estar interferindo e definindo  
138 política pública, porque se não houver esse movimento, não será possível conseguir cumprir  
139 com a principal tarefa desses conselhos, que é estar intervindo na definição da política  
140 pública. Continuou falando que os conselhos são um espaço institucional e a maioria deles,  
141 metade sociedade civil e metade governo, têm que ter estratégias de comunicação. Destacou  
142 que eles não podem ser um espaço burocrático, fechado, onde a população não sabe onde  
143 funciona e o que faz, ele deve ser um espaço público, e isso é uma das questões centrais.  
144 Deve ser um espaço institucional. Adicionou ao seu discurso que também há a necessidade  
145 deles terem legislação, decreto, mas não podem perder esse foco de ser um espaço público.  
146 Para pensar em mecanismos de participação da população de forma geral nesses espaços,  
147 ele citou a população como exemplo, que não está organizada ou que tem outras formas de  
148 organização. O Dr. Moroni ressaltou ainda, que é aí que entra a importância da comunicação  
149 e de outros mecanismos que se criam nesta relação. Com isso, ele quis dizer que o conselho  
150 tem uma outra atribuição, não só em relação ao governo, mas também à sociedade e esse  
151 acordo que pode estar interferindo em mudança de paradigmas. Para ele, o conselho é para  
152 romper essa prática política e colocar num espaço público institucional e legítimo onde se  
153 possam colocar essas questões em suas agendas e fazer a negociação. Sugeriu que se  
154 possam criar outras estratégias que ampliem a participação e a questão do controle social,  
155 mesmo apesar de todas as críticas que todos têm a respeito dos conselhos e das  
156 conferências. Ele concluiu dizendo que o desafio colocado é muito mais do que estar  
157 participando do conselho, deve-se ter um olhar um pouco mais à frente, pois é sobre esse  
158 olhar que as futuras gerações vão cobrar. **O Prof. ADILSON VENTURA (Moderador)** elogiou  
159 a palestra do Dr. Moroni e destacou a relevância da sua abordagem sobre o controle social e  
160 o mecanismo da ação dos conselhos. Ele disse que já ouviu algumas pessoas dizerem que  
161 conselho não é um órgão de controle social, mas ao seu entendimento é sim e os  
162 mecanismos devem fazer valer esses colegiados e a sua ação. Relatou que o trabalho do  
163 CONADE é fundamental nesse processo e que foram muito esclarecedoras as colocações do

164 Dr. Moroni. Ele ainda falou que já houve um progresso e que sem dúvida nenhuma, ainda  
165 não foi alcançado exatamente o que se quer em questão de processo evolutivo e esse  
166 momento é a grande oportunidade para fazer mais reflexões sobre esses pontos. O  
167 professor Adilson comentou que há a necessidade de haver uma participação um pouco mais  
168 massiva, mais intensiva do governo, porque eles têm compromisso com a sociedade civil e  
169 sem essa presença dentro do conselho fica faltando uma peça muito importante. Logo após  
170 esse comentário, ele passou a palavra para a Prof.<sup>a</sup> Maria Graça Rua, que falou sobre o  
171 mesmo tema: Significado do controle social e os mecanismos de participação e o papel dos  
172 conselheiros como agentes públicos. **A Prof.<sup>a</sup> MARIA GRAÇA RUA** agradeceu o convite feito  
173 pelo CONADE e falou sobre as relações de poder, sobre o estado, e como a sociedade que  
174 deveria ser beneficiária do estado acaba freqüentemente não sendo, e começa a se  
175 organizar e trabalhar para controlar o estado. A Prof.<sup>a</sup> MARIA GRAÇA RUA falou ainda sobre  
176 democracia moderna e que é necessário criar alguns mecanismos para fazer com que os  
177 responsáveis exerçam o poder minimamente dentro dos limites. Segundo ela, é aí que surge  
178 a idéia de controle e o processo de construção da democracia e da cidadania na sociedade  
179 ocidental mundial. Destacou que temos toda uma trajetória de sociedade tutelada, de um  
180 povo que sempre aceita a idéia da cidadania somente como direito sem perceber que  
181 cidadania também é dever e que é impressionante ver no discurso das pessoas mais  
182 avançadas e evoluídas, o discurso do direito, do direito, do direito. Ela acredita que há uma  
183 dificuldade em encarar a cidadania como totalidade de direitos e deveres e que a grande  
184 tendência de uma parcela significativa da população é encarar o que recebe do estado como  
185 dívida. A Dr.<sup>a</sup> Graça também falou sobre o papel dos conselheiros enfatizando a função deles  
186 de educar a sociedade. Ela usou a palavra “*Contabilite*”, que significa grosseiramente  
187 responsabilização e “*Compliance*”, debate sobre a obrigação dos cidadãos de honrar aquilo  
188 que a sociedade espera e de fiscalizar o que seja aplicado e como deve ser aplicado para  
189 ilustrar o painel. Para finalizar, a Dr.<sup>a</sup> Graça abordou a importância do monitoramento e da  
190 avaliação, destacando-os como instrumentos poderosos para fortalecer a atuação de todos  
191 os envolvidos com o controle social e o valor da identificação de pontos fortes e fracos nas  
192 políticas e programas públicos. **Prof. ADILSON VENTURA (Moderador)** parabenizou a  
193 Prof.<sup>a</sup> Graça Rua e o Dr. Moroni pela facilidade e a clareza com que abordaram os temas. **A**  
194 **Dr.<sup>a</sup> FABIANA (Debatedora)** falou que a situação de debatedora é muito difícil e que para  
195 ser simpática com o público tem que criar conflito entre os dois debatedores, mas que nesta  
196 situação, as exposições tiveram pontos muito sutis e não teve como praticar esse conflito.

197 Apresentou o seu currículo e toda a sua experiência e depois iniciou o seu debate  
198 comentando que há a necessidade de ter um olhar mais geral em relação às várias agendas:  
199 as de direitos humanos, as de movimentos de crianças, as de movimentos de mulheres, o  
200 das trabalhadoras rurais, o indígena e o da deficiência. Ela disse que essas agendas  
201 precisam se juntar, porque a bandeira número um, é o direito a vida, mas a vida em  
202 condições de dignidade. Ela sugeriu que fosse criada uma agenda que pode ser chamada de  
203 solidária, de direitos humanos, ou de igualdade, ou de dignidade que seja comum, na qual se  
204 possa dialogar e cooperar para que isso seja implementado. Essa agenda tem de ter um  
205 referencial de como se pode trabalhar do ponto de vista do estado, para que ele consiga  
206 vencer essa prática fragmentada e alcançar uma articulação a qual seja eficiente com todas  
207 as categorias apresentadas. Um outro ponto que ela ressaltou foi que aparentemente tivemos  
208 uma visão histórica otimista na fala do Dr. Moroni e que foi muito bom ouvir uma pessoa que  
209 consegue olhar para trás e dizer: aprendemos com o processo. Segundo ela, os desafios  
210 para se ter um bom resultado são garantir a manutenção da paixão pela causa, aumentar e  
211 expandir a paixão pela causa para que ela abarque vários outros grupos sociais, sem perder  
212 a possibilidade de pesar e medir, para que daqui a dois ou três anos, todos possam prestar  
213 contas daquilo que fizeram. **A Conselheira Regina** parabenizou o discurso da Dr<sup>a</sup> Fabiana e  
214 disse que pelo menos grande parte de pessoas com deficiência, se debruça para um desafio  
215 e chega a uma constatação que é a seguinte: não é possível sair da invisibilidade que existe  
216 hoje - 25 milhões de pessoas em condições de vida de extrema carência e falta de acesso a  
217 recursos e bens públicos. Para ela, o grande desafio, é de começar a fazer essa ponte com  
218 outros movimentos. Ela lembrou que quando se fala da exclusão de pessoas com deficiência  
219 hoje, são apresentados dados vergonhosos: 11 milhões de pessoas têm de zero a três anos  
220 de estudo. A Conselheira Regina solicitou que fosse pensada uma estratégia conjunta de  
221 enfrentamento desse problema. **A CONSELHEIRA CÂNDIDA** relatou que duas coisas lhe  
222 incomodaram muito: primeiro, a capacidade de negociação e segundo a falta de momento  
223 para poder avaliar a situação do movimento social no país. Ela considerou que é lógico ter  
224 um olhar na participação de conselhos, mas também tem que ter uma preocupação como  
225 está se desenvolvendo esse movimento social. **A CONSELHEIRA IZABEL** fez uma ressalva  
226 de que seria muito importante focar nos encontros o ponto de vista de como se pode  
227 conviver em conselho, governo e sociedade e como se insere pessoas com deficiência na  
228 sociedade. **A Prof.<sup>a</sup> MARIA GRAÇA RUA** retomou a fala e disse que do ponto de vista do  
229 governo, é sempre muito difícil ser governo, porque é um momento que as pessoas deixam

230 de ser pedra e viram vidraça. Ela declarou que a sociedade se vê preocupada com a falta de  
231 debate e que há essa necessidade de conversas sobre a diversidade. Ela citou algumas  
232 organizações, como o Banco do Brasil que já tem propaganda a respeito desse tema, mas  
233 que de fato, ela se restringe a alguns grupos que conseguiram se constituir  
234 organizacionalmente de uma maneira muito sólida, muito específica e onde se encontra a  
235 questão. A Prof<sup>a</sup> Maria Graça Rua declarou que hoje se tem uma nova perspectiva de  
236 planejamento e que existe uma história mal sucedida de planejamento a qual vem desde a  
237 década de trinta, onde o planejamento era visto como uma coisa muito tecnocrática. Ela  
238 disse que para que o resultado pretendido seja alcançado, o plano deve se construir com os  
239 envolvidos, o planejamento tem que ser democrático, da mesma maneira a avaliação. **A**  
240 **Conselheira Regina** declarou que avaliação deve ser tida como instrumento do conselho e  
241 complementou que é importante fazê-la, tanto do interno quanto do externo, para que o  
242 conselho possa ver o por quê às vezes não se consegue caminhar. Com esse trabalho, ela  
243 crê que o colegiado possa avançar realmente esse olhar geral da defesa dos direitos  
244 humanos. Ela observou ainda que dentro dos ministérios, e até mesmo no CONADE, não  
245 existe uma articulação sequer de prestação de contas, entre o próprio poder público e essas  
246 instituições. **A Prof<sup>a</sup> MARIA GRAÇA RUA** ilustrou o seu discurso com uma história da sua  
247 vida. Ela contou que em uma ocasião, recebeu em sua casa uma correspondência, em uma  
248 época perto do natal, que era de uma associação em que as pessoas pintam com os pés e  
249 com a boca. Ela questionou ao seu marido que é artista plástico: o que é mais difícil, pintar  
250 com o pé ou com a boca? Ele olhava para ela e falava assim; o que você acha que é mais  
251 difícil? E ela falava: acho que é com o pé, porque está tão longe e a pessoa tem que pegar o  
252 pincel com o pé, como vai fazer o detalhe e tudo mais. Ele falava assim: é pintar com a boca,  
253 porque você pinta cego, você pinta sem vê, pinta no escuro, e quando você está pintando  
254 você não está enxergando, depois você distancia, mas também não enxerga, porque a  
255 distancia fica muito grande, é isso que é mais difícil. E foi a partir daí, que ela começou a  
256 pensar exatamente a diferença entre avaliação interna e avaliação externa. Quando está  
257 muito perto não se enxerga, quando se está avaliando internamente não é possível enxergar  
258 criticamente, mas quando se tem que avaliar como quem pinta com a boca, não há outra  
259 saída, tem que pintar. E quando se está pintando com o pé, também não dá para enxergar,  
260 mas pode ser que tenha uma perspectiva um pouco melhor. Ela concluiu com esse  
261 pensamento que o conselho tem de planejar bem, monitorar bem e avaliar bem, fazendo um  
262 esforço para acompanhar o interno e o externo. **O Sr JOSÉ ANTÔNIO** declarou que o que o

263 preocupava nessa discussão era em relação ao usuário. Ele também anunciou que em  
264 agosto, o Fórum Nacional de Assistência Social estará promovendo um grande seminário,  
265 com toda uma estratégia de envolvimento de organizações dando mais base ao usuário, para  
266 justamente criar um movimento de fortalecimento dos chamados usuários de diferentes  
267 políticas, que na sua opinião, este é o nó principal da questão do controle social. Depois de  
268 várias considerações sobre o assunto, falou-se também sobre a disputa do acesso e de  
269 intervenção de poder nos conselhos e que essa não seria uma forma de atrapalhar a eficácia  
270 das ações e o resultado desses conselhos. **O CONSELHEIRO LUÍS ALBERTO** aproveitou o  
271 espaço para apresentar os dois defensores da Federação Nacional das APAES, a Valdinéia  
272 e o Rodrigo, que representam 350 mil alunos que freqüentam as escolas especiais das  
273 APAES em todo o Brasil. Ele ainda falou sobre uma cartilha que foi aqui divulgada, que está  
274 sendo circulada por todo o Brasil e que tem trazido grandes transtornos para todo o  
275 movimento das APAES, e principalmente para pessoas com deficiência mental. Segundo ele,  
276 a omissão que o governo vem tendo frente à educação especial caminha durante 50 anos. O  
277 Conselheiro Luís Alberto ressaltou que o movimento nunca transgrediu qualquer legislação,  
278 sempre cumpriu o que a saúde, a educação, o social e o que as leis do país determinam. Ele  
279 destacou que, essa cartilha além de se provocar uma ação em todo o país, onde estão  
280 retirados vários professores, está havendo uma desconsideração pelos direitos dessas  
281 pessoas, pois elas estão ficando excluídas de um atendimento que é único no país. Para ele,  
282 essa cartilha, coloca em risco todo o movimento que age dentro da área legal, da área  
283 judicial e na comunitária. Ele descreveu que para garantir esse direito, é necessário que o  
284 país tenha uma posição firme sobre inclusão educacional para as pessoas com deficiência  
285 mental. Dr. Luis Alberto entregou oficialmente um documento à CORDE e ao próprio  
286 CONADE, pedindo não só apoio, mas uma posição desses órgãos sobre a inclusão  
287 educacional para as pessoas com deficiência mental. **O Prof. ADILSON VENTURA**  
288 agradeceu a participação da Dr.<sup>a</sup> Fabiana, do Sr. Moroni e da Prof.<sup>a</sup> Graça Rua. **A Dr.<sup>a</sup>**  
289 **NIUZARETE** encerrou o dia anunciando o jantar de confraternização. **O PROFESSOR**  
290 **ADILSON** abriu a reunião ordinária do dia treze de abril de dois mil e cinco, verificando a  
291 quantidade de conselheiros existentes no momento e abrindo para debates o primeiro  
292 assunto da pauta. Também colocou aos conselheiros e conselheiras e a todos aqueles que  
293 tinham direito a voto que fossem objetivos nas contribuições e nas intervenções. O professor  
294 disse que a partir da segunda-feira seguinte, terminada a reunião, os conselheiros iriam  
295 debater sobre algumas ações de urgência. Um outro assunto, que foi muito debatido entre

os conselheiros, foi sobre a questão da visibilidade do conselho. Chegou-se à conclusão de que a mídia é fundamental para tornar este papel visível, contribuindo com ações que devem ser desenvolvidas em conjunto com o CONADE. Segundo ele, existem propostas e iniciativas de algumas instituições que trabalham com mídia e eles estão dispostos a colaborar e ajudar. O professor Adilson falou ainda, sobre o projeto “Somos Todos Brasileiros”, com planos de realização para o dia três de dezembro de cada ano em celebração ao ano mundial das pessoas com deficiência. Os conselheiros sugeriram que esse assunto fosse colocado na pauta da próxima plenária. Em seguida, foi lida a pauta do dia e foram feitas algumas considerações sobre a ordem dos assuntos de maior prioridade da mesma. Ficou decidido debater a 39ª Ata do Conselho. A Ata foi circulada entre os conselheiros e por esse motivo não foi necessária a sua leitura. Os conselheiros fizeram comentários críticos sobre o texto da ata e disseram que não estavam de acordo com o que estava escrito. A ata foi rejeitada por 22 votos e 3 abstenções. O assunto seguinte da reunião foi a revisão das tabelas dos serviços médicos de habilitação e reabilitação do SUS. A Conselheira **SHEILA MIRANDA (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** disse que a proposta de alteração onde há a revisão das tabelas dos serviços médicos de habilitação e reabilitação do SUS, relata o seguinte: Alguns procedimentos de reabilitação, equipamentos, as órteses e próteses, por exemplo, foram colocados na tabela do SUS em 1993, depois disso poucas alterações foram feitas e houve uma ampliação em 1999, mas desde este ano não ajustaram mais os preços dessas tabelas, ficando defasado. Ela acrescentou também que é importante não só pensar em valores, mas também na inclusão de novos procedimentos necessários a reabilitação dessas pessoas com deficiência e na recomendação, caso seja aprovado os recursos para cobertura desse aumento. Foi declarado que é necessário que o CONADE marque uma audiência no ministério da Saúde com o ministro Humberto Costa, para que possa garantir essa reivindicação que o conselho está fazendo. **A conselheira Cândida** pediu orientação a Drª Sheila, questionando sobre como seria este encaminhamento do documento ao Ministério da Saúde e sobre toda essa reavaliação de estudos dos procedimentos. Ela complementou que é necessário entender como o conselho pode fazer para reforçar esse documento do CONADE, e quais termos financeiros serão apontados para garantir a verba rubricada, pois os estados dizem que não têm dinheiro federal. A sua preocupação nesse sentido foi em torno da solicitação do apoio do Conselho Nacional de Saúde, e como seria possível reforçar nesse documento a garantia do recurso financeiro diretamente nesta ação. O assunto foi bastante debatido e discutido por todos os conselheiros que colocaram afirmações

329 pertinentes e debateram pontos que mereciam destaque. A **CONSELHEIRA REGINA**  
330 afirmou que era necessário ter logo uma proposta, pois o assunto já estava esgotado. Ela  
331 sugeriu que se fizesse uma resolução para que esse plenário pudesse aprovar e na  
332 avaliação dessa resolução, incluindo todos os itens debatidos. **O CONSELHEIRO PAULO**  
333 **CÉSAR (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA)** solicitou a inclusão no Ministério da Previdência e  
334 que fosse exigida também a participação do INSS na resolução. A **CONSELHEIRA REGINA**  
335 informou que o Ministério da Saúde está fazendo uma revisão de toda a tabela e que é  
336 oportuno encaminhar o mais rápido possível esse documento. Ela propôs que seja formado  
337 um grupo de trabalho que pudesse trazer uma política, pois não adianta ficar fazendo  
338 estudos apenas pontuais e conjunturais. A **CONSELHEIRA IZABEL** sugeriu que a solução  
339 seria que o CONADE encaminhasse ao Ministério da Saúde a proposta de uma revisão  
340 ampla de toda a questão da política de reabilitação das pessoas com deficiência e  
341 encaminhasse como base de estudo preliminar apresentado por instituições. Ficou decidido  
342 formar uma comissão temática constituída por integrantes da área ministerial: Ministério da  
343 Saúde, Ministério da Assistência Social, Ministério da Previdência e CORDE, e do outro lado:  
344 Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação, Áreas das Deficiências Física e  
345 Visual, para a elaboração da resolução para ser submetido a aprovação. A resolução foi  
346 apresentada, aprovada e deliberada para ser encaminhada ao Ministro da Saúde, ao  
347 Conselho Nacional de Saúde a imprensa em geral. O assunto seguinte foi o regimento  
348 interno do Conselho. Em primeiro lugar, foram apresentadas as modificações pelo  
349 conselheiro Waldir. Os conselheiros fizeram uma discussão sobre os artigos que mereciam  
350 destaque. Ficou decidida a alteração da terminologia pessoas portadoras com deficiências  
351 para pessoas com deficiência no Estatuto, com 29 conselheiros a favor. Foi determinada a  
352 modificação do termo petição para requerimento por unanimidade. Os conselheiros também  
353 aprovaram a proposta de 12 dias de prazo necessário para reunião, com 22 conselheiros a  
354 favor. Com relação à transferência de coordenação de suplentes para titulares, ficou decidido  
355 que poderá acontecer somente em comissões permanentes. Sobre reeleição para  
356 presidência e vice-presidência dentro do órgão, foi aprovada a manutenção de apenas uma  
357 reeleição para vice e presidente do conselho. Eles também debateram sobre o voto secreto  
358 dentro da comissão e a votação foi favorável ao voto aberto, com 20 conselheiros a favor.  
359 Eles determinaram a não aplicação do texto do artigo 47, que trata do dispositivo sobre a  
360 reeleição do presidente com 13 votos a favor. E com relação à eleição interina feita pelo  
361 Conselho ou pelo próprio plenário em caso de ausências simultâneas do presidente e vice do

362 órgão, ficará a critério do próprio colegiado a escolha. O conselho decidiu criar uma  
363 presidência ampliada que será uma estrutura do CONADE, para decidir situações urgentes  
364 composta pelo presidente, vice e coordenadores das comissões permanentes, essa questão  
365 que foi deliberada, e também uma Proposta de Criação de uma Comissão Permanente de  
366 Orçamento e Finanças Públicas, mas não houve quorum para a aprovação. Por último,  
367 definiu-se a apreciação do plano anual da CORDE e o encaminhamento para plenário para  
368 aprovação. Os pontos aprovados foram destacados e enviados a todos os conselheiros. Com  
369 relação à Organização da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,  
370 houve uma grande discussão entre os conselheiros para definição do nome do novo  
371 coordenador da Comissão de Organização da Conferência em substituição ao Conselheiro  
372 Idari que se encontra enfermo, tendo sido votado pelos membros da Comissão de Articulação  
373 que tem responsabilidade de elaborar documentos para o encontro de Conselhos e  
374 Conferência, o nome da Conselheira Cândida que foi eleita por quatro dos seis votos da  
375 Comissão de Articulação. O plenário determinou que a definição do local e parte financeira  
376 ficassem a ser debatidas na próxima reunião. Os outros assuntos da pauta também ficaram  
377 para a próxima reunião. O presidente finalizou o encontro destacando a importância da  
378 experiência dos últimos três dias e agradecendo a presença de todos os conselheiros. Para  
379 constar, essa ata após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente.

380  
381  
382 Prof. Adilson Ventura  
383 Presidente